

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	16
3. Figuras de linguagem	17
4. Significação de palavras e expressões; Relações de sinonímia e de antonímia	21
5. Ortografia	23
6. Acentuação gráfica.....	26
7. Uso da crase.....	27
8. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos	27
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto; Locuções verbais (perífrases verbais)	29
10. Funções do “que” e do “se”	36
11. Formação de palavras	38
12. Elementos de comunicação	39
13. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	42
14. Concordância verbal e nominal	46
15. Regência verbal e nominal.....	48
16. Colocação pronominal	49
17. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	51
18. Elementos de coesão	52
19. Função textual dos vocábulos.....	53
20. Variação linguística	58

Matemática/ Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras)	71
2. Proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos	80
3. Resolução de situações problema	87
4. razão e proporção	91
5. regra de três.....	92
6. porcentagem.....	94
7. cálculo de médias	95
8. equações do 1º grau	96
9. equações do 2º grau	96
10. sistemas de equações do 1º grau	98

História E Geografia Do Município De São Luís

1. Geografia e história do Município de São Luís.....	105
2. Relevo e Vegetação.....	106

3.	Clima	107
4.	Hidrografia	107
5.	Demografia	108
6.	Localização; Divisão geográfica	108
7.	Economia e Cultura.....	109
8.	História e atualidades da Capital Maranhense	112

Noções De Informática

1.	Conceitos e fundamentos básicos	113
2.	Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus).....	114
3.	Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU). Periféricos de computadores.....	114
4.	Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10	115
5.	Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versões 2010, 2013 e 2016	119
6.	Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 5 e 6....	123
7.	Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.....	127
8.	Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores	134

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Fundamental – Anos Iniciais – 1º ao 5º Ano

1.	Alfabetização e Letramento	141
2.	Processo de alfabetização: Consciência fonológica (do 1º ao 3º ano)	142
3.	Princípio alfabético	144
4.	Alfabetizar letrando: diferentes perspectivas e abordagens de letramento.....	145
5.	Alfabetização Matemática e a língua materna.....	147
6.	Letramento matemático: Construção do número Sistema decimal Operações básicas Análises de erros e avaliação (do 3º ao 5º ano)	148
7.	Português Interpretação de textos	149
8.	Escrita: Morfologia. Classe, Estrutura e Formação de Palavras	149
9.	Vocabulário; Significação das Palavras. Semântica	149
10.	Ortografia Oficial; Uso dos Porquês.....	149
11.	Pontuação	149
12.	Sílabas; Fonética e Fonologia; Encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica	150
13.	Acentuação gráfica.....	150
14.	Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Flexão e emprego das classes de palavras	150
15.	Regência.....	150
16.	Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada	150
17.	Discurso Direto e Indireto	150

ÍNDICE

18. Sintaxe, Análise Sintática; Classificação dos termos da oração.....	152
19. Emprego de pronomes; Formas de tratamento.....	152
20. Português Erudito	152
21. Funções da Linguagem.....	153
22. Compreensão e interpretação de frase ou palavra.....	154
23. Concordância nominal e verbal	154
24. Regência nominal e verbal.....	154
25. Colocação dos pronomes oblíquos átonos	154
26. Significação das palavras: sinônimo, homônimos e parônimos.....	155
27. Matemática, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação).....	155
28. Múltiplos e divisores.....	158
29. máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	159
30. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações.....	160
31. Equações básicas de soma, subtração, multiplicação e divisão; Potenciação	162
32. Regra de Três, Porcentagem	163
33. Produtos Notáveis e Fatoração	164
34. Conjuntos.....	165
35. Função 1º Parte	168
36. (PA) Progressão Aritmética, (PG) Progressão Geométrica	170
37. Probabilidade.....	174
38. Estudos Sociais: História, localização, limites, população, regiões, estados e capitais, aspectos geográficos e demográficos...	175
39. História, localização, limites, municípios	181
40. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014 e o documento que subsidia as Metas: 4 e 5	186
41. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e suas atualizações: princípios, fins e organização da Educação Nacional	201
42. Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015	221
43. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 e suas atualizações	239
44. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	279
45. Lei Orgânica do Município de São Luís do Maranhão - Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e Do Desporto	281
46. Resolução CNE/CEB n.º 04/10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	283
47. Resolução CNE/CEB Nº 02/01. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.....	293
48. Didática e Metodologia do Ensino	296
49. Lei nº10.639/03 - História e Cultura Afro Brasileira e Africana	299
50. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.....	300
51. Resolução CNE/CP n.º1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	300

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES, CONJUNTOS, PORCENTAGENS, SEQUÊNCIAS (COM NÚMEROS, COM FIGURAS, DE PALAVRAS)

FRAÇÕES E OPERAÇÕES

Uma fração é um número que pode ser representado na forma a/b , onde "a" é o numerador e "b" é o denominador, com a condição de que "b" seja diferente de zero. Ela representa uma divisão em partes iguais. Veja a figura:



O numerador representa a quantidade de partes que foram tomadas do total da unidade dividida.

O denominador representa a quantidade de partes iguais em que a unidade foi dividida. Lê-se: um quarto.

Fique Ligado:

- **Frações com denominadores de 1 a 10:** meias, terças, quartas, quintas, sextas, sétimas, oitavas, nonas e décimas.
- **Frações com denominadores potências de 10:** décimas, centésimas, milésimas, décimas de milésimas, centésimas de milésimas, etc.
- **Denominadores diferentes dos mencionados anteriormente:** Indica-se o numerador e, em seguida, o denominador seguido da palavra "avos".

Tipos de frações

- **Frações Próprias:** numerador é menor que o denominador. Ex.: $7/15$
- **Frações Impróprias:** numerador é maior ou igual ao denominador. Ex.: $9/7$
- **Frações aparentes:** numerador é múltiplo do denominador. Elas pertencem também ao grupo das frações impróprias. Ex.: $6/3$
- **Frações mistas:** números compostos de uma parte inteira e outra fracionária. Podemos transformar uma fração imprópria na forma mista e vice versa. Ex.: $1\ 1/12$ (um inteiro e um doze avos)
- **Frações equivalentes:** Duas ou mais frações que apresentem a mesma parte da unidade. Ex.: $4/8 = 1/2$

– **Frações irredutíveis:** Frações onde o numerador e o denominador são primos entre si. Ex.: $7/13$;

Operações com frações

– Adição e Subtração

Com mesmo denominador: conserva-se o denominador e soma-se ou subtrai-se os numeradores.

$$\frac{2}{3} + \frac{4}{3} = \frac{2+4}{3} = \frac{6}{3} = 2$$

Com denominadores diferentes: é necessário reduzir ao mesmo denominador através do mmc entre os denominadores. Usamos tanto na adição quanto na subtração.

$$\frac{9}{3} - \frac{5}{2} = \frac{18 - 5}{6} = \frac{13}{6} = \frac{13 \div 1}{6 \div 1} = \frac{13}{6}$$

(Nota: O exemplo original contém erros de cálculo e simplificação. A correção acima mostra o processo correto para subtração com denominadores diferentes.)

O mmc entre os denominadores (3,2) = 6

– Multiplicação e Divisão

Multiplicação: é produto dos numeradores pelos denominadores dados. Ex.:

$$\frac{4}{5} \cdot \frac{1}{8} \cdot \frac{2}{3} = \frac{4 \cdot 1 \cdot 2}{5 \cdot 8 \cdot 3} = \frac{8}{120} = \frac{1}{15}$$

↑
simplificando por 8

Divisão: é igual a primeira fração multiplicada pelo inverso da segunda fração. Ex.:

$$\frac{2}{3} \div \frac{4}{5} = \frac{2}{3} \cdot \frac{5}{4} = \frac{10}{12}$$

Obs.: sempre que possível podemos simplificar o resultado da fração resultante de forma a torna-la irredutível.

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1ª) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2ª) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = \frac{35}{1000}$$

2) Através da fração geratriz, temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

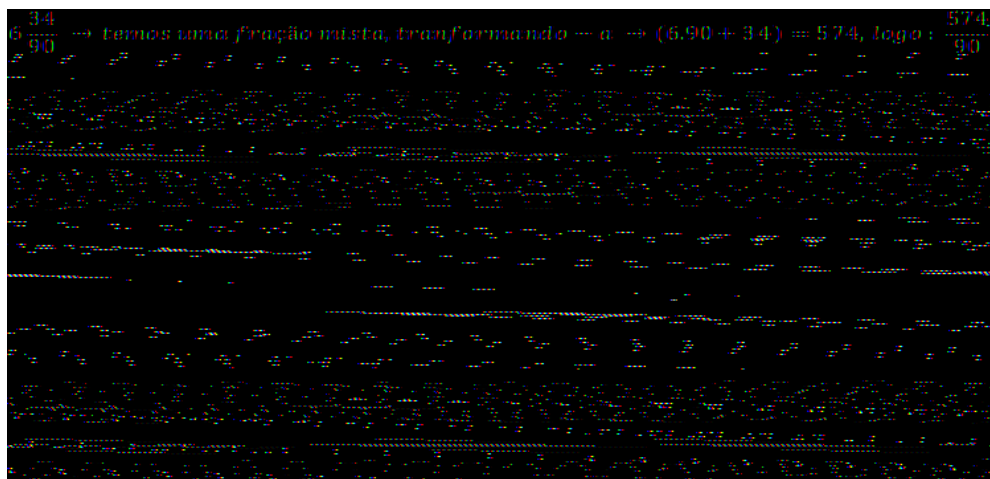
Simples: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

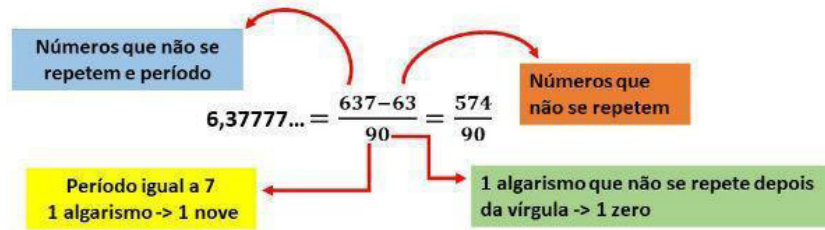
Composta: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)



Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)



$$6\frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } - a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo: } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

CONJUNTOS

Um conjunto é uma reunião ou agrupamento de pessoas, seres, objetos, classes, ou qualquer entidade que compartilhe uma característica comum, dando a ideia de uma coleção.

Noções Primitivas

Na teoria dos conjuntos, há três conceitos fundamentais que são aceitos sem a necessidade de definição:

- Conjunto;
- Elemento;
- Pertinência entre um elemento e um conjunto.

Podemos encontrar exemplos de conjuntos em situações como um cacho de bananas, um cardume de peixes ou uma pilha de livros. Os conjuntos, conforme geralmente concebidos, consistem em elementos, sendo que um elemento de um conjunto pode ser uma banana, um peixe ou um livro, por exemplo. Importante notar que um conjunto também pode ser considerado como um elemento pertencente a outro conjunto.

Para representar conjuntos, costumamos usar letras maiúsculas como A, B, C, ..., X, e para os elementos, letras minúsculas como a, b, c, ..., x, y, ..., embora essa convenção não seja estritamente obrigatória. A relação de pertinência estabelece a conexão entre um elemento e um conjunto, indicando se um elemento faz parte ou não desse conjunto.

Se x é um elemento de um conjunto A, escreveremos $x \in A$.

Lê-se: x é elemento de A ou x pertence a A.

Se x não é um elemento de um conjunto A, escreveremos $x \notin A$.

Lê-se x não é elemento de A ou x não pertence a A.

Como representar um conjunto

1) Pela designação de seus elementos:

Escrevemos os elementos entre chaves, separando os por vírgula.

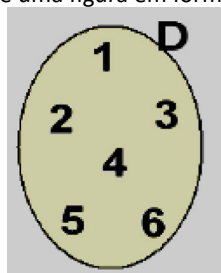
2) Pela sua característica

Escrevemos o conjunto enunciando uma propriedade ou característica comum de seus elementos. Assim sendo, o conjunto dos elementos x que possuem a propriedade P é indicado por:

$\{x, \mid (\text{tal que}) x \text{ tem a propriedade } P\}$

3) Pelo diagrama de Venn-Euler

Os elementos do conjunto são colocados dentro de uma figura em forma de elipse, chamada diagrama de Venn.



Igualdade de Conjuntos

Dois conjuntos $A = B$ são ditos iguais (ou idênticos) se todos os seus elementos são iguais, e escrevemos $A = B$. Caso haja algum que não o seja dizemos que estes conjuntos são distintos e escrevemos $A \neq B$.

Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** conjunto vazio é aquele que não possui elementos. Representa-se por \emptyset ou, simplesmente $\{ \}$.
- **Conjunto Unitário:** conjunto caracterizado por possuir apenas um único elemento.
- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de Pertinência

A pertinência é representada pelo símbolo \in (pertence) ou \notin não pertence). Ele relaciona elemento com conjunto.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A também pertencem ao conjunto B, caracterizamos A como um subconjunto de B. Pode-se também descrever um subconjunto como uma coleção menor de elementos que compartilham as mesmas características de um conjunto maior.

Atenção:

- Todo conjunto A é, por definição, um subconjunto dele próprio.
- O conjunto vazio, por convenção, é considerado subconjunto de qualquer conjunto.
- O conjunto das partes, representado por $P(A)$, é formado pela reunião de todos os subconjuntos de A.

Por exemplo, considerando o conjunto B mencionado anteriormente, temos o conjunto das partes de B:

$$B = \{ \{ \}, \{2\}, \{4\}, B \}$$

Com base nessa propriedade, podemos concluir que se B possui n elementos, então ele possui 2^n subconjuntos, incluindo o conjunto vazio e ele próprio.

Se desejamos determinar quantos subconjuntos o conjunto A (como no exemplo anterior) possui, podemos utilizar a fórmula:

Números de elementos(n)= 5 $\rightarrow 2^n = 2^5 = 32$ subconjuntos, incluindo o vazio e ele próprio.

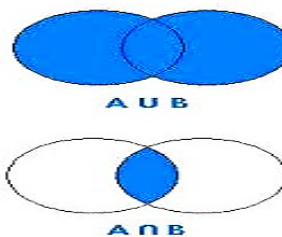
Relação de inclusão

Essa notação é empregada para estabelecer relações entre conjuntos, a fim de determinar se um conjunto está contido ou não em outro. Essas relações de inclusão são representadas por meio dos seguintes símbolos:

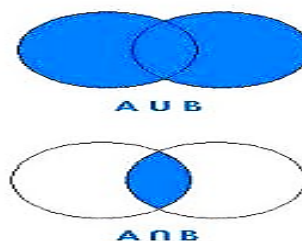
\subset Está contido	\supset Contém
$\not\subset$ Não está contido	$\not\supset$ Não contém

Operações com Conjuntos

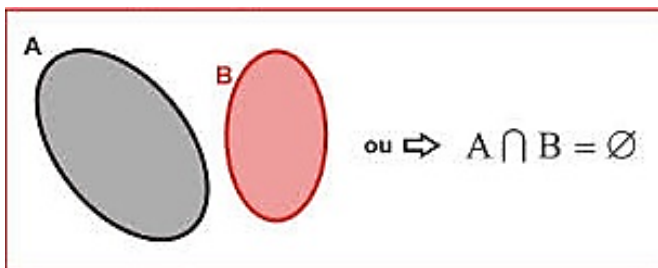
- **União de conjuntos:** a união, também conhecida como reunião, dos conjuntos A e B é o conjunto composto por todos os elementos que estão em A ou em B. Representa-se por $A \cup B$.
Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$



- **Intersecção de conjuntos:** a intersecção entre os conjuntos A e B consiste no conjunto composto por todos os elementos que são comuns a ambos os conjuntos, ou seja, pertencem simultaneamente a A e a B. Representa-se por $A \cap B$.
Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são **conjuntos disjuntos**.



Propriedades dos conjuntos disjuntos

- 1) $A \cup (A \cap B) = A$
- 2) $A \cap (A \cup B) = A$
- 3) Distributiva da reunião em relação à intersecção: $A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$
- 4) Distributiva da intersecção em relação à união: $A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$

- **Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos:** Dado um par de conjuntos A e B, conforme ilustrado na figura abaixo, podemos estabelecer uma relação entre a quantidade de elementos de cada conjunto.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

— Fundação e Primeiros Anos

– Contexto da Colonização

A fundação de São Luís ocorreu em 8 de setembro de 1612, liderada por exploradores franceses comandados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière. A escolha do nome da cidade foi uma homenagem ao rei da França, Luís XIII. Antes da chegada dos europeus, a região já era habitada por povos indígenas, como os Tupinambás, que desempenharam um papel fundamental no contexto inicial da colonização.

São Luís (1629) por Albernaz I



[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_\(Maranh%C3%A3o\)/media/Ficheiro:S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_do_Maranh%C3%A3o_em_mapa_de_1629_por_Albernaz_I.PNG](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_(Maranh%C3%A3o)/media/Ficheiro:S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_do_Maranh%C3%A3o_em_mapa_de_1629_por_Albernaz_I.PNG)

– Estabelecimento Francês

Os franceses construíram a Fortaleza de São Luís, com o objetivo de estabelecer uma colônia na região e expandir sua influência no Brasil. Contudo, esse projeto encontrou resistência tanto por parte dos indígenas quanto dos portugueses, que já disputavam territórios no continente sul-americano.

– Conquista Portuguesa

Em 1615, apenas três anos após a fundação, uma expedição militar comandada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão desalojou os franceses, consolidando o domínio português sobre a

cidade. Este evento marcou o início de um período de controle português que moldaria o futuro político, econômico e cultural da região.

– Tentativas Holandesas

Durante o século XVII, a cidade enfrentou outras ameaças, incluindo tentativas de invasão pelos holandeses. No entanto, as forças portuguesas conseguiram resistir, mantendo São Luís sob seu domínio. Esses conflitos reforçaram a importância estratégica da cidade no cenário colonial.

Assim, os primeiros anos de São Luís foram marcados por disputas entre potências europeias e pela interação com as populações indígenas, definindo sua identidade e seu papel como um dos principais pontos de interesse na colonização do Brasil.

– Desenvolvimento Econômico

– Período Colonial

Durante o período colonial, São Luís destacou-se como um centro econômico essencial para a região norte do Brasil. A economia era predominantemente agrária, com foco na produção de cana-de-açúcar, algodão e tabaco, atividades que se beneficiavam da abundância de terras férteis e da mão de obra escravizada trazida da África. Essas mercadorias eram exportadas principalmente para a Europa, consolidando a cidade como um elo estratégico no comércio atlântico.

– Comércio e Navegação

A localização geográfica de São Luís, em uma ilha com fácil acesso ao mar, favoreceu o desenvolvimento de rotas comerciais. O porto natural da cidade foi essencial para o escoamento da produção agrícola e para a importação de produtos manufaturados e escravizados. A cidade tornou-se um ponto de convergência para negócios na região norte-nordeste do Brasil.

– Decadência e Renovação

Com o fim do ciclo econômico do açúcar e a abolição da escravidão em 1888, São Luís enfrentou um período de estagnação econômica. No entanto, a cidade começou a se recuperar no início do século XX com a modernização de sua infraestrutura e a diversificação de suas atividades econômicas, incluindo a exploração de recursos naturais e a introdução de indústrias.

– Porto do Itaqui

A construção e ampliação do Porto do Itaqui no século XX foi um marco para o desenvolvimento econômico de São Luís. Este porto, um dos mais profundos do Brasil, é hoje um ponto estratégico para o comércio internacional, especialmente para o escoamento de minério de ferro e grãos produzidos na região central do país.

– Agricultura e Indústria

Além do setor portuário, a cidade também consolidou sua economia na agroindústria e na mineração, com destaque para a exportação de ferro e alumínio. O crescimento de indústrias voltadas à produção de energia e ao refino de petróleo também contribuiu para a diversificação econômica.

– Turismo e Cultura

Na contemporaneidade, o turismo desempenha um papel crescente na economia de São Luís, impulsionado pelo título de Patrimônio Mundial da UNESCO, concedido ao seu centro histórico em 1997. O turismo cultural, aliado às manifestações populares como o bumba meu boi e o tambor de crioula, atrai visitantes e movimentou a economia local.

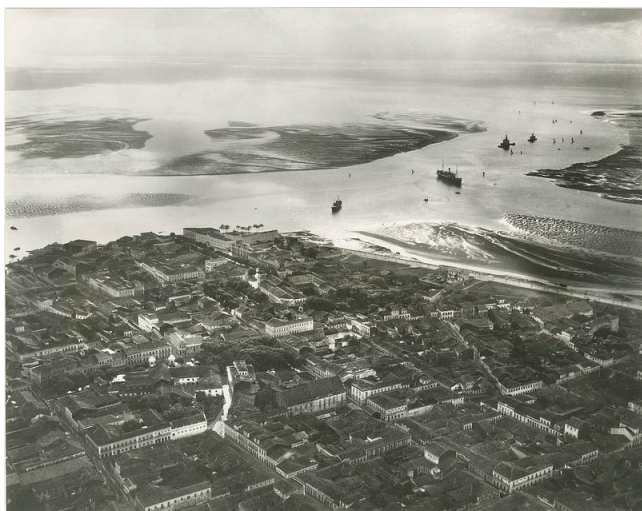
O desenvolvimento econômico de São Luís, apesar de altos e baixos ao longo de sua história, reflete uma trajetória de adaptação e resiliência, consolidando a cidade como um importante polo econômico e cultural do Brasil.

– Modernização e Crescimento

– Industrialização no Século XX

Durante o século XX, São Luís iniciou um processo de modernização que transformou sua economia e infraestrutura. A construção do Porto do Itaqui, um dos mais profundos e modernos do Brasil, foi um marco importante nesse período. Esse porto estratégico impulsionou a exportação de minério de ferro, grãos e outros produtos, conectando o Maranhão a mercados internacionais e promovendo o desenvolvimento regional.

São Luís em 1931



[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_\(Maranh%C3%A3o\)/media/Ficheiro:Aerial_view_of_Maranhao2.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_(Maranh%C3%A3o)/media/Ficheiro:Aerial_view_of_Maranhao2.JPG)

– Expansão Urbana

O crescimento populacional e a urbanização alteraram significativamente a paisagem da cidade. Novos bairros surgiram para acomodar a expansão da classe trabalhadora e da elite local, enquanto áreas históricas passaram por períodos de abandono seguidos de esforços de revitalização. Apesar dos desafios, o centro

histórico, reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1997, tornou-se um símbolo de preservação cultural e atrativo turístico.

– Desenvolvimento Industrial

São Luís consolidou-se como um polo industrial, com destaque para os setores de mineração e siderurgia. Empresas como a Alumar, voltada para a produção de alumínio, e projetos relacionados à exploração mineral ajudaram a diversificar a economia da cidade. O complexo industrial atraiu investimentos e gerou empregos, contribuindo para o crescimento econômico.

– Setor de Serviços e Turismo

O turismo passou a ocupar um papel de destaque na economia local, impulsionado pela riqueza cultural de São Luís. Festivais tradicionais, como o São João e as apresentações do bumba meu boi, atraem visitantes de todo o Brasil e do exterior. Paralelamente, a expansão do setor de serviços atendeu à crescente demanda de uma população urbana em ascensão.

– Educação e Tecnologia

Nos últimos anos, São Luís tem investido em educação e tecnologia para sustentar seu crescimento. A cidade abriga instituições de ensino superior e centros de pesquisa que formam profissionais qualificados para atuar nos setores industriais e de serviços. Iniciativas de inovação tecnológica buscam alinhar o município às demandas contemporâneas.

– Desafios Urbanos

Apesar do progresso, São Luís enfrenta desafios significativos, como desigualdade social, infraestrutura deficiente em algumas áreas e problemas de mobilidade urbana. A preservação de seu patrimônio histórico também exige constante atenção, especialmente em meio à expansão urbana.

– Perspectivas Futuras

Com investimentos em infraestrutura, modernização de serviços públicos e valorização de sua cultura única, São Luís está bem posicionada para continuar crescendo. O equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental será essencial para garantir um futuro próspero e equilibrado para a cidade e seus habitantes.

A trajetória de modernização de São Luís reflete sua capacidade de adaptação às mudanças ao longo do tempo, enquanto mantém viva sua rica herança cultural.

RELEVO E VEGETAÇÃO

São Luís está situada a quatro metros acima do nível do mar, em uma região de planície litorânea que inclui baixadas alagadas, extensas praias, manguezais e dunas. A formação geológica da região, conhecida como Bacia de São Luís, é composta por rochas sedimentares da era Cenozoica, com depósitos minerais significativos, especialmente de calcário.

– Diversidade Vegetal

São Luís está localizada em uma zona de transição entre as floras amazônica e nordestina, o que resulta em uma diversidade ecológica excepcional. Foram catalogadas cerca de 260 espécies de plantas, distribuídas em 76 famílias botânicas, sendo as fa-

baceae (leguminosas) a família com maior representatividade, somando mais de 26 espécies. Em estudos realizados no Brasil, 125 espécies de plantas são exclusivas de São Luís, destacando a riqueza botânica da região.

Cobertura Vegetal

A vegetação predominante é de natureza litorânea, caracterizada por:

- Coqueiros em abundância.
- Manguezais, que ocupam extensas áreas e desempenham papel fundamental no equilíbrio ecológico.
- Formações vegetais diversificadas, incluindo:
 - Florestas latifoliadas.
 - Babaçuais.
 - Vegetação de dunas.
 - Restingas.

Áreas de Proteção Ambiental

São Luís possui várias áreas protegidas que ajudam a preservar a biodiversidade local:

- Parque Estadual do Bacanga.
- Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã.
- APA do Itapiracó.
- Parque Estadual Sítio do Rangedor.

Estas áreas guardam remanescentes da Floresta Amazônica, contribuindo para a manutenção do equilíbrio ambiental e oferecendo refúgio para diversas espécies.

CLIMA

O clima de São Luís é tropical, caracterizado por temperaturas quentes e úmidas ao longo do ano. As temperaturas mínimas variam entre 22°C e 24°C, enquanto as máximas costumam oscilar entre 30°C e 34°C. Esse padrão térmico é influenciado pela proximidade da cidade ao nível do mar e pela presença de áreas de manguezais e vegetação litorânea.

— Estações do Ano

– Período Chuvoso

O período chuvoso ocorre de dezembro a julho e é marcado por altos índices pluviométricos. A média anual de chuvas é de aproximadamente 2200 mm, sendo que os meses mais chuvosos são março e abril. Durante esse período, as chuvas são intensas, e dias nublados e sem sol são predominantes.

- **Zona de Convergência Intertropical (ZCIT):** Entre fevereiro e maio, a atuação da ZCIT intensifica as precipitações, provocando temporais e períodos de neblina matinal.

- As temperaturas tornam-se mais amenas durante as chuvas, contribuindo para o aumento da umidade.

– Período Seco

O período seco ocorre de agosto a novembro, sendo os meses de setembro e outubro os menos chuvosos do ano. Neste intervalo, os dias são predominantemente ensolarados e as chuvas são raras, contribuindo para uma redução da umidade relativa do ar.

– Transição entre Estações

As primeiras chuvas geralmente ocorrem entre o final de dezembro e início de janeiro, marcando a transição entre o período seco e o chuvoso. Durante este período de transição:

- Os dias alternam entre ensolarados, nublados e chuvosos.
- As temperaturas continuam elevadas, mas a umidade começa a aumentar.

O clima tropical de São Luís é um dos fatores que moldam as características da cidade, influenciando tanto a vegetação quanto o modo de vida da população. A divisão bem definida entre períodos chuvosos e secos também afeta diretamente a agricultura, o turismo e outras atividades econômicas locais.

HIDROGRAFIA

O sistema hidrográfico de São Luís é composto por rios, lagos e lagunas que influenciam diretamente sua paisagem e ecossistemas:

- **Rio Bacanga:** Possui 233,84 km de extensão e atravessa o Parque Estadual do Bacanga.

- **Rio Anil:** Com 12,63 km de extensão, divide o centro histórico da parte moderna da cidade.

- **Rio Itapecuru:** Embora não passe pela ilha, é a principal fonte de abastecimento de água para São Luís.

- Outros rios de menor extensão incluem o Tibiri, Paciência, Maracanã, Calhau, Pimenta, Coqueiro e Cachorros.

- **Laguna da Jansen:** A maior da ilha, com cerca de seis mil metros quadrados, possui ligação com o mar e é uma importante área de lazer e preservação ambiental.

– Manguezais e Ecossistemas

Os rios que fluem para a Baía de São Marcos, como o Bacanga e o Anil, formam vastas áreas de manguezais, que desempenham papel crucial na preservação ambiental e na biodiversidade local. Essas áreas também estão associadas às práticas pesqueiras e culturais dos habitantes da região.

Manguezal



<http://www.klimanaturali.org/2010/10/ecossistema-manguezal.html>

DEMOGRAFIA

— População

De acordo com os dados mais recentes do IBGE¹, São Luís possui uma população estimada de 1.037.775 habitantes (2023), consolidando-se como a cidade mais populosa do estado do Maranhão e uma das maiores da região Nordeste do Brasil.

— Crescimento Populacional

Ao longo das décadas, São Luís apresentou um crescimento populacional constante, impulsionado pela urbanização, expansão econômica e migração de pessoas de outras regiões do estado em busca de melhores oportunidades.

— Densidade Demográfica

A cidade possui uma área de 583,063 km², resultando em uma densidade demográfica aproximada de 1.779 habitantes por km². Esse índice reflete a predominância da população em áreas urbanizadas, enquanto algumas regiões periféricas e de proteção ambiental possuem baixa ocupação.

— Distribuição Urbana e Rural

- **População Urbana:** Aproximadamente 98,5% dos habitantes de São Luís vivem na área urbana, que abrange 165,9574 km² do território total.

- **População Rural:** Apenas 1,5% reside em áreas rurais, refletindo a forte urbanização da capital.

— Composição Étnica

São Luís possui uma rica diversidade étnica, resultado da fusão de influências indígenas, africanas e europeias. Os principais grupos incluem:

- **Pardos:** Correspondem à maioria da população, evidenciando a miscigenação cultural e genética.

- **Negros:** Formam uma parcela significativa, refletindo a herança africana.

- **Branços e outros grupos:** Incluem descendentes de colonizadores e imigrantes.

— Indicadores Socioeconômicos

— Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

São Luís apresenta um IDH de 0,768 (2010), considerado alto no contexto brasileiro. Este indicador reflete avanços na educação, renda e saúde, embora desafios relacionados à desigualdade ainda sejam presentes.

— Economia e Renda

- **Renda per capita mensal:** Aproximadamente R\$ 1.315,00, acima da média estadual, mas inferior à média nacional.

- **Taxa de Escolarização (6 a 14 anos):** Em torno de 96,8%, indicando um bom nível de acesso à educação básica.

— Religião

A cidade é marcada pela predominância do catolicismo, devido à herança portuguesa, mas outras religiões, como protestantismo, umbanda e espiritismo, também possuem presença

significativa. Além disso, práticas religiosas afro-brasileiras, como o tambor de mina, são importantes elementos da identidade cultural local.

São Luís é uma cidade marcada por sua diversidade populacional e dinâmica urbana. Embora tenha índices positivos em várias áreas, os desafios relacionados à desigualdade social e ao acesso a serviços públicos ainda são questões centrais para o desenvolvimento sustentável da capital maranhense

Catedral de São Luís



[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_\(Maranh%C3%A3o\)/media/Ficheiro:SaoLuisCathedral1.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs_(Maranh%C3%A3o)/media/Ficheiro:SaoLuisCathedral1.jpg)

LOCALIZAÇÃO; DIVISÃO GEOGRÁFICA

Desde 2017, com a nova divisão territorial instituída pelo IBGE, São Luís passou a integrar as **Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de São Luís**. Anteriormente, sob o sistema de microrregiões e mesorregiões, fazia parte da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, dentro da Mesorregião do Norte Maranhense.

— Localização e Limites

O município de São Luís está localizado na Ilha de Upaon-Açu, que em tupi significa “Ilha Grande”. A ilha é separada do continente pelo Estreito dos Mosquitos e ocupa uma área total de 582,974 km², representando 0,1769% do território maranhense. Desse total, a área urbana corresponde a 165,9574 km². São Luís limita-se por terra apenas com o município de São José de Ribamar. Outros municípios da região metropolitana, como Paço do Lumiar e Raposa, também estão na ilha, mas não possuem limites diretos com São Luís.

¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-luis.html>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Fundamental – Anos Iniciais – 1º ao 5º Ano

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização e letramento são processos paralelos, são duas ações distintas, mas que caminham juntas e são inseparáveis para a garantia da aprendizagem da leitura e da escrita. Ou seja, o professor vai ensinar o Sistema de Escrita Alfabética permitindo que a criança vivencie práticas de leitura e escrita, agregando esses conhecimentos a situações reais e atividades cotidianas¹.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita — a alfabetização — e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita — o letramento.

No entanto, há algumas questões importantes que o educador deve levar em consideração antes de tentar contemplar esses dois conceitos em seu planejamento: é possível que todas as crianças aprendam ao mesmo tempo? Como ensinar os alunos? Qual é o papel e qual é a importância do professor alfabetizador?

Pode-se começar refletindo sobre o papel do educador. É importante que ele realize um trabalho voltado à inserção do aluno em um ambiente alfabetizador e letrado. Nesse ambiente, a criança deve ter a oportunidade de conhecer, vivenciar, refletir e experimentar novas práticas de leitura e escrita.

Além disso, o professor deve criar um espaço acolhedor que contemple as diferenças, especificidades e características dos alunos. Todo esse trabalho parte de um planejamento voltado ao que o professor quer e ao que precisa ensinar aos alunos ao longo de todo o ano letivo.

Para fazer esse planejamento, o professor deve levar em consideração os usos sociais da língua escrita, tanto no âmbito escolar como nas demais esferas, promovendo uma postura investigativa em que a autonomia, o respeito e o diálogo sejam as peças-chave para o aprendizado. Nesse sentido, a escola e o professor devem fazer a mediação entre as práticas de alfabetização (importantes para o desenvolvimento das competências dos alunos) e os objetivos sociais e práticas relevantes presentes nas situações do cotidiano.

É fundamental que, na fase de alfabetização, a criança possa vivenciar a leitura, assim como a produção, a compreensão e a reflexão de textos orais e escritos, a fim de se apropriar do Sistema de Escrita Alfabética. A ideia é que as diferentes ideias e posicionamentos dos alunos possam fazer parte do trabalho como um todo.

Partindo desse pressuposto, o trabalho com diferentes portadores de texto e gêneros textuais serve como ponto de partida para enriquecer a aula. Afinal, tais portadores e gêneros se aproximam da realidade em que a criança está inserida, valorizam as suas experiências, instigam a imaginação, possibilitam um aprendizado mais significativo e propiciam vivências práticas que vão além dos conteúdos escolares.

A seguir, pode-se ver alguns dos muitos portadores de texto e gêneros textuais existentes. Eles podem ser trabalhados em sala de aula na perspectiva da alfabetização e do letramento. Além disso, se aproximam das práticas sociais vivenciadas pelos alunos. Vejamos:

- Receitas;
- Manuais, regras de jogos, listas e instruções;
- Bilhetes;
- Cartas;
- Convites;
- Histórias em quadrinhos, tirinhas;
- Parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, lendas;
- Músicas;
- Piadas;
- Poesias, contos, fábulas;
- Rótulos e embalagens;
- Símbolos, placas;
- Cardápios;
- Jornais, revistas, sites, noticiários, cartazes informativos, etc.

A partir do planejamento da prática, o professor poderá, por meio das atividades diárias realizadas em sala de aula, observar e buscar respostas aos questionamentos anteriores: é possível que todas as crianças aprendam ao mesmo tempo? Como ensinar os alunos?

Pode-se considerar que em todas as turmas, independentemente da localidade, existe uma grande diversificação e heterogeneidade em relação ao conhecimento de cada criança. Algumas possuem conhecimento além do que se espera ou do que é trabalhado durante o ano. Outras parecem não acompanhar o mesmo ritmo do restante da turma. E essa complexidade das interações em sala de aula é que torna o trabalho do professor tão desafiador.

As crianças iniciam o ano com diferentes conhecimentos, aprendizagens, capacidades e habilidades, tanto em relação ao sistema de escrita alfabética como em relação a outros conteúdos abordados dentro e fora da sala de aula. Algumas crianças envolvem-se mais cedo e são cercadas por práticas de letramento; outras, porém, estão envolvidas em um contexto com poucos estímulos e necessitam de um contato maior com o material escrito.

O que o professor precisa ter em mente é que os alunos são capazes de aprender, independentemente do ambiente em que estão inseridos. Assim, mesmo que as crianças iniciem o ano

¹ Bes, Pablo, et al. *Alfabetização e letramento*. Disponível em: *Minha Biblioteca, Grupo A, 2018*.

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA (DO 1º AO 3º ANO)

com conhecimentos abaixo do que é esperado para os objetivos de trabalho, o professor pode contemplar as hipóteses e saberes que já possuem.

Na perspectiva do trabalho conjunto entre alfabetização e letramento, o professor precisa, em primeiro lugar, traçar um perfil da turma, percebendo os diferentes níveis em que as crianças se encontram. Depois, deve pensar em atividades diversificadas que trabalhem com o sistema notacional e as situações de reflexão, questionamento e criação de hipóteses.

A partir desse envolvimento e desse conhecimento que as crianças possuem acerca da escrita, é possível planejar atividades que de fato contribuam para que o aluno avance em seus conhecimentos sobre o sistema de escrita alfabética, criando diferentes oportunidades de aprendizagem e de integração com o processo de escolarização. Cabe ao professor compreender o processo, buscar soluções por meio de estudo, reflexão e troca com seus pares.

Assim, ele deve trabalhar com esses diferentes saberes, conhecendo as práticas culturais e sociais vivenciadas pela comunidade e pelos alunos. Ele precisa ainda favorecer o contato com a escrita nas mais variadas circunstâncias, para que a criança vá se familiarizando com as situações de aprendizagem e avance de nível.

Mesmo que as crianças não tenham dominado todos os conhecimentos propostos pelos professores ao final do ano letivo, isso não significa que elas não aprenderam; pelo contrário, alguns saberes foram agregados e construídos. Contudo, é necessário observar e identificar quais conquistas foram possibilitadas, de forma que a criança se sinta segura, valorizada e motivada para novas aprendizagens.

Por fim, é urgente que escolas e educadores pensem em práticas de alfabetização e letramento partindo de um planejamento que contemple atividades capazes de auxiliar os alunos a avançarem em sua aprendizagem. Tais atividades devem ser do interesse da criança e estar de acordo com a realidade em que ela está inserida.

Somente por meio dessas experiências será possível refletir sobre a prática da leitura e da escrita em diferentes circunstâncias. Portanto, o desenvolvimento das capacidades dos alunos em relação à língua escrita não é um processo que se encerra assim que eles se apropriam do sistema de escrita, pelo contrário, ele se estende por toda a vida.

O que os sujeitos fazem é apenas aprimorar e criar possibilidades na construção de novos conhecimentos e habilidades.

— O que é alfabetização

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando em confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. A Política Nacional de Alfabetização - PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético².

De acordo com Luiz Carlos Faria da Silva, do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura.

Sistema alfabético é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. Os primeiros sistemas de escrita foram inventados há cerca de 6 mil anos, originalmente em forma de representações pictóricas.

A escrita alfabética é mais recente, remonta a 4 ou 5 mil anos. Existem diferentes sistemas de escrita para diferentes línguas; no entanto, quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que representa sons por meio de letras.

Logo, num sistema de escrita que não seja alfabético (como o ideográfico, usado na China e no Japão), somente se pode falar de alfabetização por analogia; com mais propriedade se há de falar em literacia, que consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado.

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o **princípio alfabético**, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema-fonema, deve ser ensinado de forma explícita e sistemática, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo.

O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafo fonêmicas. Não se trata de uma aprendizagem que ocorre de modo espontâneo, com a mera exposição a material escrito.

Ao aprender as primeiras regras de correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a decodificar, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma

² Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

fonológica (ou pronúncia), e a codificar, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever.

O ensino dessas habilidades de leitura e de escrita é que constitui o processo de alfabetização. Se alguém é alfabetizado, significa que é capaz de decodificar e codificar qualquer palavra em sua língua. Mas a aquisição dessa técnica não é um fim em si. O objetivo é fazer que se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão.

Sem isso o processo de alfabetização não frutifica, pois, ler e escrever palavras com precisão e fluência, dentro e fora de textos, é apenas o começo de um caminho que deve ser consolidado por meio de atividades que estimulem a leitura e a escrita de textos cada vez mais complexos, a fim de que a pessoa se torne capaz de usar essas habilidades com independência e proficiência para aprender, transmitir e até produzir novos conhecimentos.

Convém aqui explicar o que vem a ser ler e escrever com autonomia. É conhecer o código alfabético e as correspondências grafo fonêmicas a ponto de conseguir ler e escrever apropriadamente, sem a intervenção, antes necessária, de um mediador. É ser capaz de ler e de escrever corretamente qualquer palavra da sua língua, até mesmo uma palavra nunca antes lida ou ouvida, ou uma pseudo palavra, que atenda às regras do código ortográfico.

A compreensão de textos, por sua vez, consiste num ato diverso do da leitura. É o objetivo final, que depende primeiro da aprendizagem da decodificação e, posteriormente, da identificação automática de palavras e da fluência em leitura oral. Outros fatores também influem na compreensão, como o vocabulário, o conhecimento de mundo e a capacidade de fazer inferências.

O alfabetizado pode ser capaz de identificar uma palavra a partir da sua representação gráfica e não compreender o que lê, não captar o sentido dela, como acontece quando nos deparamos com uma palavra desconhecida. Mas, se a insuficiência e a dificuldade forem tamanhas, a ponto de impedir de algum modo a compreensão de textos, poderá configurar um caso de analfabetismo funcional.

Para Maria Regina Maluf, o analfabetismo nos dias atuais está claramente associado a condições adversas de vida, geralmente relacionadas à pobreza e geradoras de diferentes formas de vulnerabilidade social, que se expressam em moradia e saneamento precários, meios de subsistência quase inexistentes e falta de oportunidade de usufruir de todos os direitos e deveres da cidadania. Quando as crianças aprendem a ler e a escrever, elas adquirem um meio eficaz para conhecer e agir sobre o mundo à sua volta, possibilitando abertura de novos caminhos para a equidade social.

Neste início de século XXI a alfabetização eficaz é um tema global, cada vez mais prioritário nos países desenvolvidos. Assim, aprender a ler tornou-se direito de todos e necessidade primária no mundo desenvolvido.

Com efeito, analfabetismo funcional designa a condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e compreensão de texto. O termo “funcional” o distingue do analfabetismo absoluto, que é o analfabetismo em sentido estrito, ou a condição daquele que não sabe ler nem escrever.

O analfabeto funcional, embora capaz de ler (decodificar) e de escrever (codificar), não o faz de modo funcional, isto é, ou não adquiriu habilidades suficientes de leitura e escrita, ou não

progrediu nelas como devido. Assim ele se vê impossibilitado de fazer uso produtivo de tais habilidades nas situações mais corriqueiras da vida, como escrever bilhetes, compreender textos simples, interpretar documentos, mapas, tabelas.

Efetivamente, o ato de ler e de escrever se manifesta em diferentes graus ou níveis, mas o analfabeto funcional estaciona em níveis insuficientes e precários, e assim não alcança a condição de leitor/escritor hábil.

— Como ensinar as crianças a ler e a escrever de modo eficaz

Nas palavras de Catherine Snow, devemos ensinar explicitamente as crianças a converter letras em sons. Essa é uma das principais habilidades que os bons leitores adquirem. Além disso, devemos ensinar as crianças a ler textos fáceis com palavras familiares, pois é desse modo que elas desenvolvem fluência e automatismo.

É importante também concentrar em ensinar vocabulário e conteúdo, é assim que elas desenvolvem o conhecimento que sustenta a compreensão. Expor as crianças a histórias instigantes é necessário para que elas aprendam sobre narrativas e se sintam mais motivadas a ler.

Todas as divergências sobre o ensino de leitura começam com a alegação de que é preciso fazer uma ou outra dessas coisas no começo da alfabetização.

— Educação infantil

A aprendizagem da leitura e da escrita depende em grande parte da bagagem linguística recebida pela criança antes de ingressar no ensino fundamental, nas práticas realizadas em casa ou em outros ambientes. As situações vividas nos primeiros anos, tanto no ambiente familiar quanto na creche e na pré-escola, podem ser altamente benéficas para aprender a ler e a escrever.

Recebem o nome de habilidades metalinguísticas aquelas que decorrem de práticas que desenvolvem a linguagem oral e favorecem a tomada de consciência da fala. Várias habilidades metalinguísticas se desenvolvem por meio de jogos e brincadeiras.

Assim informam o mundo infantil e favorecem a emergência de novas habilidades, ao mesmo tempo que estimulam a convivência entre as crianças. Uma dessas habilidades é considerada essencial no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois facilita a compreensão do princípio alfabético: trata-se da **consciência fonológica**.

A consciência fonológica é uma habilidade metalinguística abrangente, que inclui a identificação e a manipulação intencional de unidades da linguagem oral, tais como palavras, sílabas, aliterações e rimas. À medida que a criança adquire o conhecimento alfabético, isto é, identifica o nome das letras, seus valores fonológicos e suas formas, emerge a consciência fonêmica, a habilidade metalinguística que consiste em conhecer e manipular intencionalmente a menor unidade fonológica da fala, o fonema.

Seis variáveis podem presumir fortemente o sucesso na alfabetização. Essas variáveis não apenas se relacionam com o desempenho em leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, mas também se mantiveram como preditores poderosos ainda quando se controlou o efeito de outras variáveis, como o quociente de inteligência (Q.I.) e o nível socioeconômico. Vejamos:

– **Conhecimento alfabético:** conhecimento do nome, das formas e dos sons das letras do alfabeto.

– **Consciência fonológica:** habilidade abrangente que inclui identificar e manipular intencionalmente unidades da linguagem oral, como palavras, sílabas, rimas e fonemas.

– **Nomeação automática rápida:** habilidade de nomear rapidamente uma sequência aleatória de letras ou dígitos.

– **Nomeação automática rápida de objetos ou cores:** habilidade de nomear rapidamente sequências de conjuntos de figuras de objetos (por exemplo, carro, árvore, casa, homem) ou cores.

– **Escrita ou escrita do nome:** habilidade de escrever, a pedido, letras isoladas ou o próprio nome.

– **Memória fonológica:** habilidade de se lembrar de uma informação dada oralmente por um período curto de tempo.

Além dessas, há outras cinco importantes habilidades de literacia emergente que se relacionam a práticas de literacia. Contudo, não mantiveram seu potencial preditor quando foram incluídas outras variáveis. São as seguintes:

– **Conceitos sobre a escrita:** conhecimento de convenções de escrita (por exemplo, esquerda-direita, cima-baixo) e de conceitos (capa de livro, autor, texto).

– **Conhecimento de escrita:** combinação de elementos do conhecimento alfabético, conceitos sobre a escrita e decodificação inicial.

– **Linguagem oral:** habilidade de produzir e compreender a linguagem oral, incluindo vocabulário e gramática.

– **Prontidão para leitura:** geralmente uma combinação de conhecimento alfabético, conceitos sobre a escrita, vocabulário, memória e consciência fonológica.

– **Processamento visual:** habilidade de parear ou discriminar símbolos apresentados visualmente.

Essas onze variáveis em conjunto predizem com consistência o desempenho posterior em leitura e escrita. Portanto, é recomendável que sejam promovidas na educação infantil, a fim de contribuir com o processo de alfabetização no ensino fundamental. Não se trata de alfabetizar na educação infantil, mas de proporcionar condições mínimas para que a alfabetização possa ocorrer com êxito no 1º ano do ensino fundamental.

Além destas, estudos mais recentes têm apontado a importância de outras habilidades, tanto para a literacia, quanto para a numeracia, como é o caso das funções executivas, conjunto de habilidades desenvolvidas durante a primeira infância que se envolvem na regulação de outros processos cognitivos, possibilitando o controle e autorregulação de cognições, comportamentos e emoções.

Dentre elas, se destacam três principais:

– **Inibição ou controle inibitório:** capacidade de inibir cognições ou comportamentos inadequados, ou ainda a capacidade de inibir a atenção a distratores.

– **Memória de trabalho ou memória operacional:** habilidade de sustentar e operar mentalmente as informações, quer sejam auditivas/verbais, quer sejam viso espaciais.

– **Flexibilidade cognitiva:** capacidade de se adaptar às demandas do meio, de considerar diferentes perspectivas e alternativas de solução de problemas.

Os recentes estudos sobre as funções executivas demonstram que elas trazem benefícios nos anos posteriores de escolarização, quando estimuladas na educação infantil.

Em concordância com Augusto Buchweitz, atrasos e déficit no desenvolvimento de habilidades da linguagem representam maior risco de dificuldades com a aprendizagem da leitura. O conhecimento sobre esses atrasos e riscos associados pode informar famílias, creches e pré-escolas sobre crianças que precisam de mais atenção com o desenvolvimento da linguagem.

Há evidências robustas de que crianças de famílias de baixo estrato socioeconômico (ESE) são menos estimuladas e apresentam vocabulário e consciência fonológica em estágios inferiores ao esperado para a idade. De posse dessa evidência, a pré-escola pode participar ativamente do acompanhamento da criança e de seu desenvolvimento da linguagem e, desta forma, aliar-se à plasticidade do cérebro para desenvolver a linguagem e diminuir diferenças.

Quanto mais tardia a remediação, mais difícil obter resultados. Há conhecidos sinais de risco de dificuldades para aprender a ler, que incluem atrasos em marcos da linguagem oral, como balbuciar até o nono mês, falar as primeiras palavras até o décimo oitavo mês, falar de forma infantilizada (difícil de compreender) para além dos 3 anos.

Enfatiza-se, novamente, que aprender a ler depende de um processo contínuo de desenvolvimento de habilidades.

PRINCÍPIO ALFABÉTICO

► Introdução ao princípio alfabético

O princípio alfabético é um conceito central no processo de alfabetização, sendo compreendido como a relação sistemática entre os sons da fala (fonemas) e as letras ou grupos de letras que os representam (grafemas). Esse princípio fundamenta-se na ideia de que a escrita alfabética é uma representação simbólica da linguagem oral, o que possibilita ao aprendiz compreender e produzir textos escritos. Para que essa compreensão ocorra de forma eficiente, é essencial que o educando seja exposto a práticas pedagógicas que promovam a reflexão sobre a linguagem, integrando fonologia, ortografia e semântica.

O princípio alfabético é a ideia de que as letras e os sons da fala estão relacionados de forma previsível. É uma habilidade fundamental para a alfabetização, pois permite a decodificação e codificação de palavras. O princípio alfabético envolve:

- Reconhecer as letras;
- Perceber os sons;
- Entender que as palavras são compostas por sons (fonemas);
- Compreender que as letras representam os sons da fala (fonemas).

Para ensinar o princípio alfabético, é importante:

- Trabalhar com alguns sons por vez;